

Orçamento

Impasse entre os governadores

e a Presidência da República

24 NOV 1988

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

Os governadores do PMDB e o governo federal não haviam chegado a nenhum acordo, até o começo da noite de ontem, acerca da rolagem das dívidas dos estados e dos municípios. Depois de um dia inteiro de negociações, os dezessete governadores que vieram a Brasília para tentar solucionar o problema resolveram acatar parcialmente a proposta feita pelo governo, de um escalonamento para o pagamento das dívidas externas dos estados, mas propunham um tratamento diferenciado para os três maiores devedores: São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, não aceitou, porém, a fórmula, segundo o secretário de Fazenda de São Paulo, José Machado Campos Filho.

O governador do Paraná, Alvaro Dias, afirmou que a proposta estabelecia "a unidade entre todos os governadores". Por ela, os estados acatavam a proposta do governo, de rolar 100% das dívidas externas até US\$ 300 milhões; 90% das dívidas entre US\$ 300 milhões e US\$ 50 milhões; e

80% das dívidas acima de US\$ 500 milhões. Quanto aos três maiores devedores (que seriam penalizados pela fórmula), eles pagariam apenas 25% da dívida que vence em 1989, rolando todo o estoque da dívida externa desses estados.

Os governadores pemedebistas chegaram a Brasília dispostos a resolver o problema da rolagem das dívidas externas de seus estados. A proposta do governo, porém, de um escalonamento para o pagamento das dívidas dividiu inicialmente os governadores. Álvaro Dias, por exemplo, considerou a fórmula "um avanço" em relação à intenção do governo, de cobrar 25% da dívida vencida e do estoque da dívida, de todos os estados. Ele defendia, no entanto, o "aprimoramento" da proposta. Os governadores Epitácio Cafeteira, do Maranhão, e Pedro Ivo, de Santa Catarina, também mostraram-se satisfeitos com a proposta. Cafeteira afirmou, inclusive, que os ministros que não concordassem com a fórmula deveriam "rolar". "O presidente vai fazer valer sua autoridade", afirmou.

Os maiores devedores,

para seus estados, os governadores Miguel Arraes, de Pernambuco, e Waldir Pires, da Bahia, defendiam um critério geral.

Depois de aproximadamente duas horas de reunião, foi formada uma comissão integrada pelos governadores Newton Cardoso, Moreira Franco, Henrique Santillo (GO), Geraldo Melo (RN) e Marcelo Miranda (MS). Eles foram à tarde ao Palácio do Planalto propor a negociação das dívidas externa e interna, inclusive sem o aval do governo, e um tratamento diferenciado para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas, Rio Grande do Sul e Paraná, dentro da fórmula do pagamento escalonado. Segundo o relator da comissão de orçamento, senador Almir Gabriel, os governadores pretendiam pagar um teto máximo de CZ\$ 103 bilhões no próximo ano, diante de CZ\$ 550 bilhões previstos no Orçamento Geral da União.

Os deputados Milton Reis (MG) e Cid Carvalho (MA) — relator da comissão de orçamento — informaram que o presidente condicionou a aceitação da proposta à opinião da área econômica.



Orestes Quérzia

no entanto, não concordaram. "Essa proposta é profundamente discriminatória contra São Paulo", protestou o governador Orestes Quérzia, ao chegar à residência do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, onde os governadores se reuniram. "Ela divide os governadores", continuou Quérzia. "Essa proposta não serve", declarou o governador de Minas, Newton Cardoso, acrescentando: "Queremos resolver o problema de todos". O coro foi engrossado pelo governador do Rio, Wellington Moreira Franco. Mesmo reconhecendo que a proposta era interessante